

O PAPEL DA ENFAM NA FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS¹

FERNANDO GONÇALVES*

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça e
Diretor-Geral da Enfam*

Em vista das crescentes demandas da sociedade por uma prestação jurisdicional acessível, célere e eficaz, torna-se cada vez mais evidente que o pressuposto fundamental para a evolução e modernização do Poder Judiciário brasileiro, adequado às transformações sociais, políticas e econômicas dos novos tempos, reside na quebra de paradigmas e na formulação e implementação contínua de um projeto consistente de seleção, formação e aperfeiçoamento de magistrados.

Parece-me claro que uma reforma que enfatizasse tão-somente o domínio de práticas, conhecimentos e conteúdo de cunho jurídico seria incapaz, por insuficiente, de produzir os resultados almejados, consentâneos com a importância e o papel cada vez mais significativos que o Judiciário vem desempenhando na sociedade brasileira, essenciais para seu próprio fortalecimento e elementares para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, não tenho nenhum receio em afirmar que a verdadeira vocação do magistrado, traduzida em termos de produtividade, eficiência e qualidade dos trabalhos produzidos, não pode ser constatada, exclusivamente, com base em conhecimentos técnico-jurídicos. E não faltam conhecimentos técnicos ao juiz brasileiro, o que se verifica facilmente na cada vez mais intensa produção doutrinária. O ofício de julgar, missão complexa e nobre, exige do juiz, além de sólido preparo técnico, ampla formação multicultural, privilegiando outras áreas do saber, visto que, ao proferir suas decisões, procura adequar a norma legal ao contexto social.

¹ Palavras proferidas na abertura do “Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura”, Brasília, 10.9.2009.

A necessidade de atender às demandas da magistratura nacional é uma preocupação antiga. Já há muito, doutrinadores, juristas, professores, grandes nomes do Judiciário, enfim, debatiam a questão e procuravam elaborar um perfil para a formação ideal do juiz.

Nesse sentido, impossível falar de formação de juízes e de escola de magistrados sem relembrar o ilustre Sálvio de Figueiredo, Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça e notável jurista, que há mais de dez anos, por ocasião do I Congresso Mundial das Escolas de Magistratura, prenunciou:

O futuro da magistratura brasileira está intimamente dependente da criação de uma Escola Nacional institucionalizada, integrante do próprio Poder, com linhas definidas em lei e em estatuto próprio, a formular doutrina própria e a estabelecer as diretrizes de uma política nacional voltada para a formação integral do juiz brasileiro.

Essa idéia começou a tomar forma concreta com a conhecida Emenda Constitucional nº 45, da chamada Reforma do Judiciário, por meio da qual foram criadas as duas **únicas escolas oficiais de magistrados de âmbito nacional**: a específica para a justiça trabalhista, que funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho, e a que abrange os juízes da justiça comum federal e estadual, a ENFAM, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça e a quem cabe, entre outras funções, “regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira”, conforme disposto no artigo 105 da Constituição Federal.

Assim, à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados foi confiada a hercúlea missão de contribuir para habilitar os magistrados a desenvolver apurada formação técnico-jurídica, como também de caráter pragmático, humanístico e multidisciplinar, e elevada sensibilidade social.

Inúmeros estudos e pesquisas foram realizados para viabilizar a implantação da Enfam, contemplando-se, também, a análise de modelos bem-sucedidos de escolas estrangeiras que pudessem ser adaptados à nossa realidade.

Em 30 de novembro de 2006, a Presidência do STJ editou a Resolução nº 3, que dispõe sobre a instituição da ENFAM e enumera suas atribuições, algumas das quais são:

- a. definir as diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados;
- b. fomentar pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional;
- c. habilitar e fiscalizar, nos termos do art. 93, inciso II, alínea c, e inciso IV, e do art. 105, parágrafo único, da Constituição da República, os cursos de formação para ingresso na magistratura e, para fins de vitaliciamento e promoção na carreira, os de aperfeiçoamento;
- d. promover, diretamente ou mediante convênio, a realização de cursos relacionados com os objetivos da Enfam, dando ênfase à formação humanística;
- e. definir as diretrizes básicas e os requisitos mínimos para a realização dos concursos públicos de ingresso na magistratura estadual e federal, inclusive regulamentar a realização de exames psicotécnicos;
- f. formular sugestões para aperfeiçoar o ordenamento jurídico.

Com base nessas atribuições, há pouco mais de dois anos, em 12 de abril de 2007, foi instalada a Enfam, tendo como seu primeiro Diretor-Geral o Ministro Nilson Naves. Sob sua gestão, chegou-se à edição das Resoluções nºs 1 e 2 de 2007, frutos da compilação e sistematização

das contribuições de magistrados de todos os níveis e de todo o País, assim como do trabalho incansável de especialistas e de juristas.

A primeira resolução dispõe sobre o curso de formação para ingresso na magistratura. Ficou estabelecido que o curso de formação “constitui etapa final do concurso para seleção de magistrados”, com ênfase na formação humanística e pragmática e priorizando a metodologia de estudo de casos.

A Resolução nº 2 dispõe sobre cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção por merecimento. Estabelece que, durante o período de vitaliciamento, o magistrado deverá cumprir carga horária mínima de 30h/a por semestre ou 60 por ano. Para a promoção por merecimento, deverá o magistrado cumprir carga horária mínima de 20 h/a semestrais ou 40 anuais em cursos de aperfeiçoamento.

Com efeito, a regulamentação inscrita no preceito contido no pacto fundante significa a elaboração das diretrizes às quais as demais escolas **hão de se subordinar** para o fiel cumprimento do comando constitucional. A Magna Carta outorga à Enfam poder normativo primário de dispor sobre os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira. Outra interpretação não se pode extrair do verbo “regulamentar”, contido no artigo 105, parágrafo único, inciso I. A ninguém é dado lhe retirar essa prerrogativa. Nem a nosso bem-aventurado Conselho Nacional de Justiça, que pode muito, mas não pode tudo.

Seguindo essa linha de raciocínio, entendo também configurar-se um equívoco palmar, com a devida vênia dos que assim pensam, advogar a tese de que para exercer essa modalidade primária de competência que a Constituição aquinhoou à Enfam seria necessária lei específica. Não é. E não demando mágica ou alquimia para fazer essa constatação, pois, da leitura do texto constitucional extrai-se, sem nenhum esforço hermenêutico, essa conclusão.

Daí, renovando as vênias, não consigo alcançar a motivação da revolta, de poucos felizmente, com essa atribuição constitucional da Enfam. A criação da Escola Nacional é um ganho para a magistratura. Afinal, a quem interessa juízes desatualizados, desconectados dos atuais conflitos sociais? Creio que a ninguém. Mas, não faço essa afirmação jactando a Enfam de onipotente. Por óbvio que não. E por um simples motivo. A Carta Constitucional lhe conferiu o poder de editar as diretrizes gerais, respeitadas as peculiaridades locais, as respectivas esferas de autonomia e a especificidade dos diversos ramos da Justiça acolhidos na esfera de abrangência da Enfam.

Logo, a Escola não veio para assenhorar-se de todas as prerrogativas concernentes à formação e aperfeiçoamento da magistratura – nem poderia, por não ter a possibilidade e igualmente não lhe ser conferida a distinção da onipotência e onipresença. Veio, sim, ajudar as Escolas Estaduais e Federais a melhor cumprir a determinação da Constituição Federal, qual seja a de recrutar e bem formar os juízes mais devotados, os mais éticos, os mais dispostos a contribuir efetivamente para o processo de permanente renovação da Justiça, de acordo com o perfil, reiterar-se, estabelecido pela própria regra fundante.

E embora a ENFAM tenha vindo com a clara missão constitucional de regulamentar, autorizar e fiscalizar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura, ela é muito mais do que isso. Sua missão é muito mais ampla. A Escola não busca homogeneizar o pensamento, engessar as idéias, até porque temos uma magistratura plural nessa imensidão de nosso País. Seu compromisso e das Escolas Estaduais e Federais é conferir densidade ao ensino, ao saber, de modo que a arte e o dever de julgar alcancem seu escopo fundamental, ou seja, a célere e eficiente prestação da Justiça.

Por sua natureza constitucional, a ENFAM é uma instituição destinada a desempenhar efetivo protagonismo na formulação dessa nova

concepção do Judiciário brasileiro. Irmanada com as escolas dos Estados e as Federais, não se limita à tarefa de estabelecer parâmetros para os cursos oficiais de ingresso e promoção, apesar da suma importância dessa meta. Tem o dever, sobretudo, de formular uma doutrina de seleção e formação de juízes, de concretizar a filosofia de magistratura encampada pela Constituição Federal, razão pela qual nossos conteúdos programáticos priorizam tanto disciplinas como Filosofia, Administração Judiciária, Gestão de Pessoas, Sociologia e Psicologia como ética e deontologia do magistrado.

Apesar de muito já ter sido feito em curto espaço de tempo, ainda muito resta por fazer, pela ENFAM e pelas Escolas da Magistratura, Estaduais e Federais. Nós, que hoje integramos a ENFAM, somos movidos pelo propósito de tornar real e factível, ou ajudar a viabilizar, esse sonho de muitos, que começou a ser desenhado muito antes da criação da ENFAM.

Entretanto, nenhuma das conquistas já obtidas ou qualquer meta futura seria possível sem a construção de parcerias como esta, sem o envolvimento e a participação dos profissionais que atuam na prestação jurisdicional, pois, a par de ser um instrumento verdadeiramente importante de modernização do Judiciário, a Escola Nacional é uma responsabilidade e um compromisso de todos nós.

Obrigado.